

Recessão piora em janeiro

Se depender apenas da disposição da ministra Zélia Cardoso de Mello, os empresários que apontam suas baterias contra a política econômica do Governo podem ter certeza de que dias piores estão para vir. O secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, é um dos principais elaboradores da estratégia oficial de combate à inflação, Antônio Kandir, mantém em seu gabinete em Brasília um calendário de 1991 em que aparece um vistoso "R" sobre o mês de janeiro. "R", no caso, de recessão. Para Kandir, no primeiro mês do próximo ano, o Governo vai viver o momento mais difícil e delicado na queda de braço para estabilizar os preços.

"Em janeiro, teremos o momento mais crítico da recessão e vamos ter de encarar um clima de enorme tensão social", disse Kandir na manhã de ontem, durante uma exposição feita à Zélia. "Haverá um clima de quebradeira, pelo lado da indústria, e uma sensação de arrocho, pelo lado dos assalariados", acrescentou. O secretário acredita que a política econômica vai atravessar um período de turbulências nos próximos 90 dias, em que o Governo terá de enfrentar uma associação perversa que reunirá a fúria dos empresários contra as altas taxas de juros e a indignação dos trabalhadores com as perdas salariais. Mesmo diante dessa perspectiva de desgaste, a ministra da Economia não conferiu maior importância às declarações do presidente da Fiesp, Mário Amato, na direção do Plano Collor.

Estratégia

"Ainda bem que foi o Amato", chegou a comentar Zélia com alguns assessores, ressaltando que Amato encarnaria justamente aquela fatia dos empresários que não reúnem credibilidade suficiente para arrastar o programa de estabilização. Zélia não pretende arrear o pé de seu receituário recessivo, mas também não quer estabelecer um confronto com o setor empresarial. Tanto que amanhã, em São Paulo, vai empossar um novo assessor com a tarefa principal de atuar como uma espécie de interlocutor com o capital. Trata-se do empresário Paulo Galvão, de 29 anos, presidente do conselho de administração das indústrias Klabin. Galvão despachará um dia

por semana, pelo menos, em São Paulo, outro no Rio de Janeiro e terá à sua disposição um gabinete no Ministério da Economia.

Seu ofício será fazer a mão dupla entre Zélia e os donos de empresas. Na direção oposta — a dos economistas e teóricos de centro esquerda — a ministra também vai despachar um emissário: o economista paulista Luiz Antonio Siqueira Dias, com ligações que vão do meio acadêmico, passam pela Igreja (é amigo pessoal do cardeal Dom Paulo Evaristo Arns) e se estendem pelo setor mais jovem do empresariado paulista. Siqueira Dias atuará junto a esse público da mesma forma que Paulo Galvão com os peso-pesados da indústria. O reforço na equipe econômica é motivado pelas preocupações que cercam a ministra e seus auxiliares em relação ao mês de janeiro. Na conversa de ontem com Zélia, Antônio Kandir traçou um cenário pessimista.

Salários

Segundo o secretário, desde o início do plano econômico os salários vêm tendo seu poder de compra reposto por antecipações que, na prática, acabam por manter acesa a chama inflacionária. Kandir, porém, aposta numa reversão desse quadro nos próximos dois meses justamente pelo fator que pode pressionar a carestia no final do ano: o décimo-terceiro salário, a ser pago em duas parcelas em novembro e dezembro. Conforme Kandir, nesses últimos dois meses a massa de salários na economia vai ser impulsionada pelo décimo-terceiro. O efeito sobre a inflação será diretamente proporcional às consequências do aumento de demanda — que poderá cancelar reajustes de preços.

O secretário, todavia, acredita que a partir de janeiro os salários voltarão ao patamar de outubro, sem incorporar a inflação de novembro e dezembro. "As empresas não deverão pagar o 13º e, ao mesmo tempo, conceder aumentos salariais", ponderou no encontro com Zélia. "Em janeiro, os trabalhadores estarão com o nível salarial mais baixo desde o início do plano". E esse arrocho que fará despencar a inflação no primeiro trimestre de 1991, para Kandir. "Podemos ter uma inflação de até 2% em março, quando os governadores forem empossados", diz um assessor direto de Zélia.